

**N.º: Gp1038-X**

**Proc.º: 30.06.01.30**

**25.05.19**

**Data: 08.07.2015**

**Assunto: Debate de Urgência – Reforma da Autonomia**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e membros do Governo,**

**Os ímpetus autonomistas do Povo Açoriano remontam ao século XIX. Porém, em 1974, com o fim do Estado Novo, a “questão açoriana” (como se tratavam as pretensões açorianas em Lisboa) emergiu na vida política portuguesa.**

**Os Açores não seriam a região mais pobre de Portugal, mas era essencialmente a região que mais precisava de se desenvolver. Acima de tudo, os Açores tinham um fardo pesado a suportar: a insularidade, o isolamento e a distância dos continentes banhados pelo Oceano Atlântico.**

**O problema da insularidade residia (e reside) no facto de tudo ser mais difícil e mais oneroso. Os transportes eram (e são) caros e demorados; os preços dos bens essenciais, muitos não produzidos localmente, eram (e são) superiores aos praticados no resto do país; as oportunidades eram (e continuam a ser) raras e a criação de emprego é cada vez mais difícil.**

**Em 1974, o problema era o desenvolvimento. Para tal, as elites políticas, culturais, sociais e económicas da Região ponderaram três hipóteses de solução: a democracia política dependente de Lisboa; a integração nacional ou a Autonomia regional – solução adoptada.**

**Haveria também quem defendesse a independência como solução estratégica de desenvolvimento, só que tal aspiração não teve grande adesão, não chegando, por isso, a ser considerada como alternativa digna desse nome.**

**A Autonomia conferiu aos Açorianos liberdade moral e intelectual, identidade própria, faculdade de determinar por vontade própria, liberdade de cooperar em oposição à obediência e, acima de tudo, trouxe a todos nós a capacidade de nos auto-governarmos.**

**Porém, 40 anos volvidos, nem a Democracia, nem a Autonomia, por si só ou em conjunto, revelaram ser capazes de resolver suficientemente as mais profundas debilidades do nosso processo de desenvolvimento económico e social.**

**A “nova era” iniciada em 1974 trouxe mudanças: permitiu, entre outras, o surgimento de uma nova classe média, essencialmente ligada aos serviços, aos sistemas de educação e saúde, à administração pública regional e local e às suas empresas públicas... Faltou deixar lugar à iniciativa privada; não se**

**deixaram respirar os Açorianos empreendedores... Alimentaram-se apenas as chamadas “empresas do regime”.**

**Os investimentos públicos recíprocos são escassos; a circulação de pessoas e bens continua a ser altamente limitada; a insularidade, nalguns casos, acentuou-se dentro da realidade periférica que somos; a iniciativa privada é frágil e está fortemente dependente da subsídio pública; as estruturas produtivas regionais são débeis, ao ponto da produção regional nem sequer ser proporcional à nossa população.**

**Os elevados níveis de endividamento da Região são o sinal mais do que evidente que o investimento público tem sido o principal motor da economia regional, fazendo com isso depender grande parte da população da máquina administrativa.**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

**Estas quatro décadas de experiência autonómica e democrática criaram uma realidade política e administrativa própria dos Açores e dos Açorianos, com interessantes vantagens e progressos. É inegável! No entanto, as governações destes 40 anos não conseguiram contribuir decisivamente para evitar alguns dos piores indicadores sociais do País.**

**Os Açores, autónomos e auto-governados, são hoje notados, infelizmente, pelos preocupantes índices de desemprego e pobreza, pelos elevados níveis de endividamento, pelo sufoco vivido pelo tecido empresarial, pelos períodos de crise que se sentem na agricultura, no turismo (em algumas ilhas), nas pescas...**

**A revisão de ferramentas fundamentais ao aperfeiçoamento do modelo autonómico e ao funcionamento dos seus órgãos de governo próprio, como foram as revisões da Lei Eleitoral para a Assembleia Regional e a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, foi feita com base num objectivo essencial: dotar os Açores de mecanismos constitucionais adequados e necessários para que aqueles que nos governem nunca se possam desculpar de falta de meios para levar a cabo as tarefas de que estão incumbidos e para enfrentar os problemas novos que se lhes venham a deparar.**

**Porém, ao poder político executivo tem faltado a definição cabal de um modelo de desenvolvimento de médio e longo prazo. Tem faltado capacidade para resolver problemas estruturais. Grosso modo gastam-se demasiados recursos a tentar resolver problemas conjunturais, na esperança de gerir e administrar apenas o que se vê...**

**Esta espécie de “política do bombeiro” traça um caminho de governação que se percorre sem se saber para onde se quer efetivamente ir e que, por isso, vai agravando as clivagens sociais e económicas.**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

**Por seu lado, o mais numeroso partido da oposição, que votou contra a Lei Eleitoral e que tentou resumir o relevante trabalho da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região a um “por mim cai” do Dr. Costa Neves, lembrou-se agora que é preciso urgentemente reformar a autonomia.**

**Para o atual Presidente do PSD/Açores é imperioso criar mais cargos, onerar mais o sistema democrático, burocratizar ainda mais o funcionamento das instituições e cortar no número de Deputados.**

**O Dr. Duarte Freitas é um verdadeiro democrata!**

**Começa por dizer que é preciso reduzir Deputados e cortar nos cargos de nomeação, na tentativa de cativar alguns eleitores mais descontentes. Depois, propõe-se criar, paralelamente, às figuras do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Legislativa da Região e do Presidente do Governo Regional, a figura do Presidente dos Açores – que aparentemente substituirá o Representante da República.**

**Não contente, avança com a proposta de transformação dos Conselhos de Ilha em órgãos com maior representatividade da sociedade civil, contrariando a tendência de politização e partidarização que sempre o PSD (e mais recentemente o próprio PS, diga-se) instituiu nestes órgãos consultivos.**

**Estes órgãos passariam a ser eleitos e os seus Presidentes tomariam assento num “Parlamento” de presidentes de ilha presidido pelo Presidente dos Açores!?**

**Com esta reforma proposta pelo PSD, a somar aos Presidentes constitucional e estatutariamente instituídos, teríamos que somar os presidentes das câmaras municipais e juntas de freguesia, os presidentes de ilha e o presidente dos Açores... Seríamos uma espécie de região mais presidencial do mundo!!!**

**Entretanto, sem que nada o fizesse prever, apesar de toda a sua legitimidade, o Presidente do Governo Regional aproveita as celebrações do Dia da Região, para dar um contributo para este debate, avançando com sugestões de listas abertas e maior participação dos independentes nas eleições Regionais, transformação dos Conselhos de Ilha numa espécie de “pequenos governos de ilha” assumindo competências das autarquias locais e das autoridades regionais, bem como insistindo na discussão em torno da extinção do cargo de Representante da República.**

**Com o devido respeito, Senhor Presidente do Governo e Senhor Líder do PSD: a autonomia é um conceito muito mais nobre, mais rico, mais eficiente e mais eficaz do que qualquer princípio de suposta e ilusória descentralização.**

**O sucesso da autonomia consistiu no facto de ter ganho notoriedade política relevante; mas a autonomia fracassou na proporção da solidez económica das demais regiões do País que encontraram o caminho do desenvolvimento.**

**A ânsia do Povo Açoriano é, como sempre foi, a realização dum melhor desenvolvimento na nossa terra.**

**Mais importante do que discutir mais e novos cargos políticos ou mais importante que cortar na representatividade política das diferentes ilhas desta Região, o que os Açorianos querem são soluções para o drama do desemprego, o flagelo da pobreza, o aumento da emigração, a crescente desertificação das ilhas mais pequenas, o desespero dos agricultores que estão quase a pagar para produzir dos melhores produtos do mundo, a frustração dos pescadores que labutam arduamente mas vêem os intermediários ficar com todas as mais valias do pescado vendido...**

**O que os Açorianos querem ouvir dos seus representantes e dos seus governantes, nesta altura de acentuadas dificuldades sociais e económicas, é a definição de políticas objetivas e construtivas, promotoras de desenvolvimento, geradoras de riqueza e orientadas para o médio e longo prazo.**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,**

**O CDS-PP é apoiante e defensor da solução autonómica, pois a autonomia é o melhor processo de realização dos superiores fins do Estado nos arquipélagos, pelo que estará sempre disponível para debater o seu aperfeiçoamento.**

**Todavia, somos contra a criação de mais cargos políticos;**

**Somos totalmente contra mais despesismo;**

**Somos frontalmente contra a criação de mais tachos...**

**O que agora alguns propõem não é uma reforma da autonomia... O que está em cima da mesa, para já, é a mera intenção de “tachar” a autonomia.**

**Senhor Presidente do Governo,**

**Sim!**

**Pode contar com o CDS para debater e pensar o futuro da Autonomia, mas, desde já, temos que deixar bem claras duas posições de princípio:**

**- é absolutamente necessário que o Povo saiba quais são as posições dos candidatos do PS e do PSD às próximas eleições para a Assembleia da República. O CDS-PP desafia, pois, para um debate público – o quanto antes – os candidatos dos Açores às próximas eleições para que se assumam relativamente às matérias aqui em questão;**

- por outro lado, o CDS quer, de facto, afirmar a Autonomia, pelo que entende que é preciso pôr em prática o nosso Estatuto Político-Administrativo da Região. Passamos demasiado tempo a “cramar” de Lisboa, mas perdemos muito pouco tempo a utilizar as prerrogativas que nos foram concedidas.

Neste sentido, Senhor Presidente do Governo, o CDS-PP sobre o futuro da Autonomia quer dar a voz ao Povo dos Açores e, por isso, não desistiremos de promover a realização de um Referendo Regional sobre esta matéria.

Sem deixar de ter em conta o passado, importa é um melhor futuro para o nosso Povo e para a nossa Terra; importa é que o Povo decida o quer para a sua Região e que saiba com o que conta dos seus representantes; o que importa, mais do que qualquer debate político desviante das reais preocupações da sociedade açoriana, é que tenhamos um bom Governo!

**O Deputado Regional**

***Artur Lima***